

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores deputados

A tragédia que assolou o país em 2017 criou um novo consenso técnico e político com base nas conclusões da CTI constituída no âmbito desta assembleia, que se consolidaram na Resolução do Conselho de Ministros de 21 de outubro de 2017.

Este novo consenso recentrou a prioridade na reforma estrutural da floresta e na ação preventiva sobre as medidas centradas no combate.

Foi assim ao encontro da prioridade com que já em 2016 o governo arrancara com a reforma da floresta e

com a revitalização do interior, dois objetivos estratégicos de médio e longo prazo que, precisamente por isso, exigem urgência na sua execução.

Renovo por isso o meu apelo para que a AR aprove a extensão do modelo simplificado de cadastro a todo o país, depois dos resultados tão positivos alcançados no projeto piloto que já executámos. Não podemos esquecer nunca que a prevenção e o combate só podem contribuir para ganhar algum tempo para que o setor florestal se reforme e as medidas estruturais produzam resultados. Adiar medidas estruturais é adiar resultados sustentados.

É verdade que no ano passado, apesar de um elevado nível de risco climatérico, se registou uma redução em 44% o número de incêndios e uma redução em 68% da

área ardida relativamente à média dos 10 anos anteriores. Mas não podemos ter ilusões: o risco estrutural persiste, as alterações climáticas acentuam-no, o que exige determinação na execução do Programa definido em outubro de 2017. Assim como exige a continuada mobilização de todo o país nas ações de limpeza preventiva e de consciencialização para o risco.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

É importante fazer um ponto de situação, começando precisamente pelas ações que reforçam a resiliência do território e das infraestruturas.

Estão executadas em 8600 hectares medidas de gestão de vegetação, incluindo o desenho de novos mosaicos florestais, o recurso a fogo controlado e ações de pastoreio.

No que respeita às infraestruturas rodoviárias e ferroviárias e redes de água e eletricidade temos já um total de 17 mil hectares intervencionados.

Particular destaque merece o esforço de concretização da rede primária prioritária definida em 2006, e em que nos últimos 18 meses executámos já mais de 2000 km ou seja, quase o dobro do executado na última década.

Igualmente importante é o trabalho que tem sido desenvolvido na **proteção civil preventiva. Neste âmbito**, lançámos o programa Aldeias e Pessoas Seguras, apoiando a preparação de mais de 1863

aglomerados populacionais, tendo sido designados 1430 oficiais de segurança local e identificados 1442 locais de abrigo.

Implementámos também uma rede automática de aviso à população, que enviou mais de 18 Milhões de SMS em 2018 e que está a ser melhorada para 2019.

No ano passado houve uma extraordinária mobilização de proprietários, compartes, autarquias locais para assegurar as faixas de proteção em redor de aldeias e habitações. Este ano, este esforço prossegue acompanhado pela intensa ação de fiscalização, em especial da GNR, que no final de março sinalizou e comunicou às autoridades locais as 31 mil situações de incumprimento que detetou.

Temos também cumprido a reforma do modelo de prevenção e combate aos incêndios florestais, aproximando estas duas atividades, apostando na profissionalização e capacitação dos agentes, e promovendo a sua progressiva especialização.

Esta reorientação está aliás traduzida nas novas orgânicas do ICNF e da ANEPC e muito em especial na afetação à prevenção de 2/3 do reforço orçamental de 212 M€ que já assegurámos desde 2016.

Não obstante, não podemos descurar a necessidade de reforço dos meios de prevenção e combate, apostando na capacitação, profissionalização e especialização dos diferentes agentes.

Já temos neste momento 429 equipas de sapadores florestais e estamos, por isso confiantes que iremos

cumprir a meta fixada por esta Assembleia da constituição de 500 equipas de sapadores florestais até final deste ano.

No mesmo sentido, reativámos a carreira de Guarda Florestal no quadro SEPNA e está aberto concurso para a admissão de 200 novos guardas florestais, ao mesmo tempo que duplicámos nesta legislatura o número de vigilantes da natureza no quadro do ICNF.

A nova lei orgânica da ANEPC permitirá integrar nos quadros os 256 elementos da Força Especial de Bombeiros que, com a duplicação dos elementos do GIPS da GNR, reforçam a componente de profissionalização que o Estado assegura no dispositivo de combate aos incêndios. Mas este esforço do Estado em nada desvaloriza o papel inestimável dos

corpos de bombeiros voluntários que serão sempre a espinha dorsal do nosso sistema de proteção civil.

Por isso, do mesmo modo que se reforçou o quadro de proteção social dos bombeiros voluntários, se investiu em 69 quartéis de bombeiros, foram constituídas nestes 18 meses tantas EIP como nos 18 anos anteriores, dispondo agora o país de um total de 344 equipas, envolvendo permanentemente 1734 bombeiros.

A culminar esse reforço da capacidade de combate concluiu-se este ano a transferência da gestão dos meios aéreos para a força aérea e a significativa qualificação dos instrumentos de antecipação dos cenários de risco, de interpretação e informação meteorológica, de análise do fogo com a integração de

peritos multidisciplinares e novas tecnologias nas células de apoio à decisão nos diferentes níveis de comando.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Em 2017, a sociedade portuguesa reconheceu as limitações de um sistema centrado no combate, que convivia com uma paisagem entregue a si própria e onde se verificavam comportamentos de risco.

Porque as alterações climáticas aumentam o perigo e a frequência dos incêndios, só estaremos menos vulneráveis se alterarmos a paisagem, se assegurarmos a gestão ativa da floresta e dos

interfaces com as aldeias e se modificarmos os comportamentos, precavendo em especial queimas e queimadas que causam mais de metade dos incêndios.

Esta mudança leva tempo e exige de todos, proprietários, autarquias e instituições do Estado uma forma de agir diferente.

Reitero por isso o apelo a uma mobilização nacional para esta causa, fundamental para Portugal para a revitalização do interior, a mitigação das alterações climáticas e para as futuras gerações.